



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do Edital

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação/aquisição de aparelhos celulares (smartphones), doravante denominados materiais, para atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DA JUSTIFICATIVA

1. Esta contratação tem por objetivo facilitar a comunicação (mediante chamadas de voz, mensagens de texto, aplicativos de mensagens etc.) entre os clientes internos do TRE-MS, bem como destes com seus clientes externos e colaboradores. Além disso, prevê-se a utilização dos serviços de dados móveis para acesso a aplicativos da Justiça Eleitoral ou de terceiros, conforme a necessidade da unidade administrativa atendida.

A atual demanda ordinária da aquisição de aparelhos celulares (smartphones) para Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul inclui, mas não se limita, a:

- Atendimento ao eleitor através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Convocação e comunicação com mesários através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento aos partidos políticos e candidatos através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento processual, no formato que se denominou “Balcão Virtual”, que foi recentemente implementado na Justiça Eleitoral de nosso Estado;

2. As quantidades previstas são estimadas, podendo haver redução de acordo com a efetiva necessidade do TRE/MS.

CAPÍTULO III - DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS (que se dará em função da demanda).

2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital), deverá ser praticado pela empresa vencedora.

2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição do material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.

2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do material, dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.

3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços.

CAPÍTULO IV. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO A SER REALIZADO

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.

1.1 Os aparelhos celulares serão do modelos básico, e terão as seguintes características indispensáveis para garantir o atendimento da demanda solicitada:

ESPECIFICAÇÃO	MODELO - SMARTPHONE
	BÁSICO
Processador - n.º de núcleos	Octa-core
Processador - clock	mínimo de 1,6 GHz
Tela - tipo	LCD ou superior
Tela - touchscreen	Sim
Tela - tamanho	mínimo de 6"
Tela - resolução	no mínimo, HD+ (720 x 1440)
Câmera traseira	Simples (1) ou Múltipla (2, 3 ou 4)
Câmera traseira - resolução	mínimo de 8 MP na câmera principal
Câmera traseira - flash	Sim
Câmera frontal - resolução	mínimo de 5 MP
Memória RAM	3 GB, no mínimo
Memória de armazenamento (total)	64 GB, no mínimo
Memória - capacidade de expansão	Cartão do tipo Micro SD, de, no mínimo, até 128GB
Chip - n.º	Dual (2), no mínimo
Chip - tipo	Nano SIM
Conexões / bandas	Compatível com tecnologias 4G, 3G e 2G
Interface USB	Tipo C
Wi-fi	802.11 b/g/n ou superior
Bluetooth	Sim, mínimo versão 4.2
Sistema operacional - versão mínima	Android 10 ou IOS
Bateria - capacidade	mínimo de 4.000 mAh

1.2. Todos os produtos ofertados também deverão ter as seguintes características:

- Vir com carregador e cabo USB;
- Serem desbloqueados;
- Serem registrados na Anatel;
- Assistência técnica autorizada em Campo Grande/MS;
- Garantia mínima de 1 (um) ano;
 - Embora a Resolução TRE nº 763 preveja que a garantia mínima deve corresponder ao período de vida útil mínima do ativo (que, no caso de aparelhos celulares, é de 2 anos), esta equipe entende que a exigência de garantia de 2 anos nesta contratação poderia restringir a competitividade, especialmente porque o padrão de mercado é oferecer garantia de até 1 ano.

1.3. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

ITEM	MODELO	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	Básico	119	R\$ 1.146,13	R\$ 136.389,47
2	Básico COTA EXCLUSIVA ME/EPP	39	R\$ 1.146,13	R\$ 44.699,07
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO				R\$ 181.088,54

2. O item 01 apresentou valor total estimado acima de R\$ 80.000,00, para atendimento do disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP, foram divididos em dois itens, conforme indicado na tabela abaixo:

Objeto	Quantidade total	Qdade ampla disputa	Qdade cota exclusiva ME/EPP
Celular (tipo smartphone), modelo Básico	158	item 01 - 119 unidades	item 02 - 39 unidades

2.1. Na hipótese de não haver vencedor para o item 02 (cota reservada para ME/EPP), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota principal.

3. Todos os materiais, do mesmo item, a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmo modelos e marcas.
4. Em sendo necessária para análise da proposta, o Pregoeiro, orientado pela equipe técnica, **poderá solicitar a apresentação de prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento**, como processador, tela, memória, câmera, n.º de chip, interface **USB Tipo C**, versão mínima do sistema operacional, capacidade de bateria, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.
5. Poderá, a critério do licitante, ofertar material com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto e respeitado o preço máximo admitido.
6. Não poderá ser ofertada marca/modelo de produto descontinuado ou fora de linha.
7. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.
8. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento.

CAPÍTULO V - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.
 - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.
 - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a recusa da proposta.
 - 2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos para verificação/comprovação das especificações do produto cotado, conforme descrito na cláusula 4 do Capítulo IV.
3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.
 - 1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.
 - 1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 / (67) 2107-7080.

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 30 (trinta) dias, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA) do TRE-MS.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

- 10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.
11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.
12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.
13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.
- 13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.
14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo IV deste Termo de Referência, e será contado a partir da emissão da nota fiscal dos equipamentos.
- 15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.**
- 15.1 A contratada deverá comprovar, no momento de análise das propostas, que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.**
16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.
- 16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos materiais ficarão a cargo de servidores designados pela Administração como fiscais da contratação.
2. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
 - a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais pela empresa contratada;
 - b) verificar a conformidade do fornecimento e atestar o recebimento definitivo;
 - c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
 - d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;
 - e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;
 - f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
 - g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VIII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO IX - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%$, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO X - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços - Anexo II.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.
5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

7.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XIII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. Motivação para a contratação:

Atualmente, não temos aparelhos celulares em quantitativo suficiente para atendimento da demanda.

Tendo em vista que os celulares que o TRE-MS possui decorrem de doações recebidas, não há uma padronização de marcas, modelos e hardwares, o que dificulta o suporte técnico.

Além disso, os equipamentos atuais estão sem garantia, tendo vários deles apresentado defeitos.

Desta forma, surgiu a necessidade de aquisição de novos aparelhos, visando atendimento das seguintes finalidades, mas não se limitando a:

- Instrumento de comunicação móvel entre os clientes internos e destes com clientes externos e colaboradores.
- Atendimento ao eleitor através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Convocação e comunicação com mesários através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento aos partidos políticos e candidatos através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento processual, no formato que se denominou “Balcão Virtual”, que foi recentemente implementado na Justiça Eleitoral de nosso Estado;

2. Objetivos a serem alcançados:

Facilitar a comunicação (mediante chamadas de voz, mensagens de texto, aplicativos de mensagens etc.) entre os clientes internos do TRE-MS, destes com seus clientes externos e colaboradores.

3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

- Atendimento de demandas das unidades administrativas (Secretaria do TRE/MS e Cartórios Eleitorais).
- Aprimoramento da comunicação interna e externa dessas unidades, bem como a melhoria da execução / prestação de determinados serviços da Justiça Eleitoral.
- Suporte técnico menos oneroso, diante da esperada padronização de marcas, modelos e hardwares, além da previsão de garantia mínima.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- A aquisição em tela encontra previsão no Plano de Contratações de Solução de TIC, sendo autorizada a contratação pela Diretoria Geral, com recomendação de realizar esta contratação através de Ata de Registro de Preço (Despacho 11599 - id. 1202563). A COPEG mediante informação nº 15.135 (1335234) realizou a reserva orçamentária para a realização da despesa.

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI n.º 0008094-82.2022.6.12.8000.

6. A demanda prevista será de acordo com a efetiva necessidade deste Tribunal, por se tratar de registro de preços não há obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total indicado no Capítulo IV deste Termo de Referência.

7. A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

- Aquisição de Celulares via licitação;

Em levantamento feito no mercado, não se verificou outro tipo de solução possível tendo em vista a finalidade dos mesmos.

8. O objeto enquadra-se como aquisição de materiais permanentes.

9. Com base no orçamento estimado para a contratação, para os aparelhos da categoria básico, o valor estimado ficou acima de R\$ 80.000,00, portanto, será aplicada a reserva de 25% (cota) para participação exclusiva das ME/EPPs, conforme determina o inciso III do art. 48 da Lei Complementar 147/2014. Diante disso, a licitação contará com um item para ampla disputa e um item com participação exclusiva para ME/EPPs.

10. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de equipamentos comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.

11. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento da baixa do equipamento.

12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo IV deste Termo de Referência.

13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos VI a XI deste Termo de Referência .

14. As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo IV deste Termo de Referência.

14.1. Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada visto a complexidade baixa do equipamento e sua solução agregada.

14.2. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

15. Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Marcelo Silva de Novaes

STI/CITIS - Integrante Demandante

Marcio Sadayoshi Naka

STI/CITIS/SGA - Integrante Técnico

Sônia Aparecida Granja Anelli

SAF/CRM/SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, Técnico Judiciário, em 17/11/2022, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1351168** e o código CRC **897FC183**.